

Um (des)encontro de saberes: teorias da Modernização e teoria das Relações Internacionais

(Mis)match of knowledges: International Relations theory and theories of Modernization

Marta Fernández Moreno*

Resumo

O artigo argumenta que embora a teoria das Relações Internacionais e as teorias da modernização tenham se desenvolvido, durante a Guerra Fria, em ambientes disciplinares desconectados, foi estabelecida uma divisão de trabalho implícita entre elas voltada para a (re)produção de um mesmo mundo. O mundo que as teorias das Relações Internacionais e da Modernização supostamente descreviam, mas que, de fato, construíam, era um mundo de Estados soberanos assentado numa clara separação entre os ambientes doméstico e internacional. Ademais, ambas as teorias produziam um mundo que urgia pela liderança dos Estados Unidos seja para lidar com os perigos e incertezas advindas de um ambiente internacional definido pela teoria das Relações Internacionais como “anárquico” ou para promover a modernização doméstica das sociedades pós-coloniais descritas pelas teorias da Modernização como “tradicionais”.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Teorias da Modernização. Estados Unidos.

Abstract

The article argues that although International Relations theory and theories of Modernization were developed, during the Cold War, in disconnected academic environments, an implicit division of work was established among them aiming the (re)production of a same world. The world described – or, in fact, constructed – by International Relations and Modernization theories was one of sovereign states, based on a clear division between domestic and international domains. Moreover, it is argued, the world constructed by both set of theories reinforced the United States leadership in dealing with dangers and uncertainties coming from an international environment defined by International Relations theory as ‘anarchical’ or in promoting the domestic modernization of post-colonial societies, represented as ‘traditional’ according to Modernization theories.

Key-words: International Relations Theory, Modernization Theories, United States.

* Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) com bolsa sanduíche da CAPES na Universidade de St. Andrews, Escócia (2010). É professora assistente e coordenadora da graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio. Contato: martafygarcia@gmail.com.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os percursos distintos trilhados pela teoria da modernização e pela teoria das Relações Internacionais. Argumenta-se que, embora tais teorias tenham se voltado para mundos espacialmente distintos (o espaço doméstico, no caso das teorias da Modernização e o espaço internacional no caso das Relações Internacionais¹), elas estiveram, durante a Guerra Fria, a serviço de um mesmo mundo, qual seja: o mundo hegemônico que estava sendo moldado pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra.

Ambos os grupos de teorias estão dispostos num mesmo registro hegemônico, uma vez que se desenvolvem nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os Estados Unidos passam a assumir uma liderança ativa nos domínios econômicos e políticos internacionais, deixando de lado a posição isolacionista tradicionalmente associada ao período do entre guerras. Conforme veremos, o florescimento de ambas as teorias está intimamente conectado com esse novo papel hegemônico assumido pelos Estados Unidos e, sobretudo, com as dinâmicas estratégicas da Guerra Fria. Desse modo, ambas as teorias surgem como ciências sociais norte-americanas, embora reivindicando a universalidade dos seus saberes.

A segunda parte deste artigo analisa brevemente o caminho percorrido pela emergente teoria das Relações Internacionais no pós-guerra, para, depois, fazer o mesmo em relação às teorias da Modernização, chamando a atenção, na quarta parte, para a divisão de trabalho (implicitamente) estabelecida entre essas teorias.

As Relações Internacionais e o seu imaginário: guerras, recorrências e grandes potências

Ainda que a primeira cátedra universitária em Relações Internacionais tenha surgido em 1919 na Universidade de Gales (*Aberyswyth*) com um enfoque idealista associado às ideias propagadas pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, depois da Segunda Guerra a disciplina passou a ser “colonizada” pelos Estados Unidos. Nesse ambiente, o realismo² se tornou o senso comum no âmbito político e acadêmico ou, conforme Steve Smith (1989), “a” teoria das Relações Internacionais. A colonização do saber em Relações Internacionais pelos Estados Unidos denota que esse saber passou a refletir as preocupações, sobretudo estratégicas, da superpotência; o que levou Stanley Hoffman (1977) a denominar as Relações Internacionais como “ciência social norte-americana”. Todavia, na medida em que tais preocupações, denominadas de “alta política”, não eram compartilhadas pelo mundo pós-colonial, a disciplina cresceu de uma forma provinciana, tendo o seu desenvolvimento cosmopolita comprometido (Smith 1989).

A hegemonia alcançada pelo pensamento realista nos Estados Unidos (e que se irradiou pelo mundo afora) durante a Guerra Fria foi possibilitada pelas fortes subvenções dirigidas à

1 Este artigo segue a convenção segundo a qual escrevemos “Relações Internacionais” com maiúsculas quando estamos nos referindo à disciplina e com minúsculas quando estamos tratando do objeto de estudo.

2 O realismo descreve as relações internacionais como relações entre Estados estabelecidas num ambiente anárquico, haja vista a inexistência de uma autoridade supranacional. Tais Estados estão sempre em busca de poder, seja para sobreviverem nesse ambiente, seja como um fim em si mesmo. Para tais teóricos, as guerras resultantes dessa busca pelo poder são cíclicas e, mesmo quando elas não estão ocorrendo, prevalece nas relações internacionais uma permanente situação de insegurança e desconfiança.

pesquisa e ao ensino das Relações Internacionais por parte do governo e de fundações privadas norte-americanas (Hoffman 1977, Smith 1989). O forte interesse público em promover a área das Relações Internacionais explicava-se, segundo Smith (1989), pela necessidade sentida pelos líderes políticos norte-americanos de contarem com diretrizes intelectuais, doravante oferecidas pelo realismo, que pudessem guiá-los na “guerra” contra a União Soviética. Essa dependência entre os mundos político e acadêmico foi favorecida pela agenda de política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria – cujo foco recaiu sobre a busca dos interesses nacionais, entendidos sob a forma de poder e/ou segurança –, que espelhava, de forma extremamente próxima, a agenda teórica do realismo (ver Hoffman 1977, Smith 1989). Todavia, como nos mostra Hoffman (1997), essa relação de parceria entre a academia e a comunidade política comprometeu a produção do conhecimento em Relações Internacionais, que foi impelida por razões financeiras a se focar no presente e a se concentrar em questões de natureza prática, de resolução de problemas, em razão da ansiedade e do sentido de urgência gerados num mundo ameaçado de destruição pelas armas nucleares.

Desse modo, os estudos de Relações Internacionais concentraram-se nas grandes potências e, sobretudo, no equilíbrio bipolar do sistema internacional. Nesse contexto, o então denominado “Terceiro Mundo” era levado em consideração apenas quando entendido como uma ameaça ao equilíbrio de poder, por exemplo, via proliferação nuclear. Phillip Darby (2008) observa criticamente que, quando confrontados com ameaças advindas do “Terceiro Mundo”, políticos e acadêmicos recorriam, em grande medida, a pressupostos convencionais. Desde a perspectiva do Ocidente, o primado da Guerra Fria garantiu que qualquer repensar sobre o mundo outrora colonizado, no âmbito das Relações Internacionais, automaticamente se subordinasse aos cálculos de poder voltados para a balança central (Darby 2008).

No artigo “The Discipline of International Relations is Still an American Science?”, Smith (2000) chama a atenção para a função disciplinadora das Relações Internacionais, mostrando que aquelas abordagens que não conferiram prioridade à guerra entre Estados correram o risco de se tornarem irrelevantes e de serem colocadas para fora do escopo da disciplina. O autor ressalta que as mortes derivadas da economia (e não da política) e os atores não estatais tenderam a ser percebidos como temas alheios à disciplina. Podemos concluir que os temas mais relacionados com as preocupações dos países menos desenvolvidos tenderam a ser negligenciados pela disciplina, que focou nos problemas de segurança que tanto afligiam as grandes potências durante a Guerra Fria e, assim, como nos mostra Arlene Tickner (2003, 295), os acadêmicos do “Terceiro Mundo” se mantiveram “invisíveis” no campo.

Uma das formas, salientada por Smith (1989), pelas quais o “Terceiro Mundo” foi excluído da produção de conhecimento em Relações Internacionais diz respeito à autorrepresentação das Relações Internacionais como uma “ciência social”. Numa situação na qual as outras comunidades acadêmicas fora dos Estados Unidos não eram treinadas e abertas aos métodos das ciências sociais, elas se mostravam incapazes de formular alternativas que desafiassem a ortodoxia realista. E assim, prossegue o autor, a disciplina se revelou incapaz de se desenvolver numa base transnacional. Do mesmo modo, as teorias da Modernização, que serão apresentadas na próxima seção, arrogavam para si uma autoridade científica, que marginalizava outras fontes de conhecimento que pudessem resistir à sua engenharia social (Krishna 2009).

Conforme Smith (2000) nos explica, o mito de origem da disciplina Relações Internacionais – segundo o qual o realismo substituiu o idealismo do pós-Primeira Guerra – foi construído a partir de outro mito de fundação, qual seja: o de que a teoria realista prosperou dada a sua capacidade de captar as “realidades” da política internacional, sendo a única apta a produzir um conhecimento científico sobre a dinâmica internacional, enquanto o idealismo, percebido como influenciado por valores, não pôde ter lugar no cânon científico.

Além disso, o impacto do realismo na disciplina contribuiu para que as Relações Internacionais se estabelecessem como um campo de estudos separado, autônomo (Smith 1989, Halliday 2007). Ao construírem uma fronteira bem demarcada entre a arena doméstica dos Estados, onde a vida política ordenada e ética poderia ter lugar, e a arena internacional anárquica, onde reinariam os jogos de poder, os realistas definiam esta última como o seu objeto de estudo, deixando os cientistas políticos a cargo da arena doméstica (ver Walker 1993). Como nos mostra Fred Halliday (2007), as Relações Internacionais gozaram de uma longa fase “protecionista” e, só recentemente, começaram a aprender e a contribuir de forma *explícita* com as demais áreas das ciências sociais. A palavra “explícita” aparece realçada, pois, alega-se aqui, que, por mais que as Relações Internacionais tenham buscado construir tal imagem de ciência autossuficiente, divorciada dos outros domínios das ciências sociais, de fato, as Relações Internacionais sempre interagiram com esses domínios, como o próprio Halliday (2007) reconhece. Como nos mostra David Blaney e Naeem Inayatullah (2002,104): “Rather than comprising a distinctive sphere of inquiry, International Relations theory emerges and remains embedded within a matrix of disciplines and sub-fields”.

As Relações Internacionais, por conseguinte, não podem ser compreendidas como uma ciência social autônoma, uma vez que, conforme apresentado por Rob Walker (1993), a separação doméstico/internacional – que cria as condições de possibilidade para a autonomia das Relações Internacionais –, é artificialmente construída por meio do princípio da soberania. Para esse autor, a soberania estatal é a articulação política moderna mais crucial das relações espaciotemporais. Espacialmente, o princípio da soberania fixa uma clara demarcação entre a vida dentro (*inside*) e fora (*outside*) de uma comunidade política. Esse discurso da soberania, espacialmente informado, constitui a distinção entre duas tradições de pensamento sobre a vida política moderna: a do pensamento propriamente político (*inside*) e a das Relações Internacionais (*outside*). O corolário dessa clara delimitação de fronteiras obrada pela disciplina das Relações Internacionais é o de circunscrever a vida política nos espaços territorialmente limitados.

Assim, o Estado soberano funciona como um container onde as aspirações universais do que se considera como belo, bom e verdadeiro podem ser alcançadas. Walker (1993) nos mostra que a resolução espacial permite uma contrapartida temporal, uma vez que o Estado incorpora a promessa, outrora confiada à ordem divina, de atualização de tais aspirações universais através do tempo. Contudo, o universalismo só se realiza no particular, já que fora das fronteiras estatais prevalece o espaço da anarquia, da repetição e da contingência. As relações entre os Estados operam, portanto, num espaço despolitizado, que impossibilita a vigência da história como uma teleologia progressiva. Sem embargo, segundo Walker (1993), é a reivindicação positiva de comunidade e justiça dentro das fronteiras estatais que possibilita a reivindicação negativa do espaço internacional como marcado pela diferença, relativismo e violência. Enfim, o autor nos

mostra como o princípio da soberania ofereceu tanto a resolução temporal como espacial para a questão sobre o caráter e localização do político. Apesar de ser uma resolução historicamente situada, é ela que continua informando nosso entendimento sobre como e onde a prática política efetiva e progressiva pode ser lograda.

Nesse sentido, as teorias das Relações Internacionais condicionam a ontologia do político toda vez que, ao subscrever tal entendimento, nos disciplinam a pensar sobre a realidade das relações entre os Estados como contraposta a algo mais autêntico e político, a saber, a vida dentro dos Estados. Fica claro, portanto, porque, para Walker (1993), a tradição das Relações Internacionais é formulada como uma negação da tradição sobre a comunidade política estabelecida no âmbito do espaço soberano. Em vista disso, as Relações Internacionais são pensadas pela negação, o que leva Walker (1993) a concluir que qualquer referência com sentido a uma tradição das Relações Internacionais requer uma especificação prévia do que se entende por uma tradição da teoria política.

As teorias da Modernização e o seu imaginário: desenvolvimento, progresso e “terceiro mundo”

Com bases nos argumentos supracitados de Walker (1993), argumenta-se, neste artigo, que a possibilidade de pensar o progresso na arena doméstica em contraposição a um ambiente anárquico de recorrências foi facilitada, em grande medida, pela influência das teorias da Modernização no âmbito das ciências sociais norte-americanas no pós-Segunda Guerra.

Como nos mostra Blaney e Inayatullah (2004), em contraste com o desenho convencional das Relações Internacionais, construído como um domínio de violência e de desordem, as teorias da Modernização, geralmente, caracterizam seu objeto de estudo como uma comunidade ordenada e progressiva e, nesse sentido, elas assumem as demarcações espaciais da política internacional. Para Francis Sutton (2006), nas suas formas iniciais, o desenvolvimento era voltado para o progresso e para o bem-estar de *Estados-nações*, e não primeiramente para a melhora da vida individual. Desse modo, as teorias da Modernização não rivalizavam com as dicotomias espaciais presentes nas teorias *mainstream* das Relações Internacionais, mas, antes, as reificavam.

Por outro lado, o contexto histórico de surgimento das teorias da Modernização coincide com aquele das “Relações Internacionais”, a saber, os Estados Unidos saídos da Segunda Grande Guerra. E, assim como as Relações Internacionais receberam generosos financiamentos dos setores públicos e privados, o mesmo aconteceu com as teorias da Modernização. Ainda que tais teorias contassem com uma agenda aparentemente dispare em relação à agenda das Relações Internacionais, elas receberam extraordinários incentivos para se desenvolverem. Como colocado por Douglas Lummis (1991), milhões de dólares de fontes como a Fundação Ford e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos foram direcionados para a pesquisa sobre modernização e desenvolvimento. No pós-Segunda Guerra, portanto, fundações privadas, agências governamentais e universidades criaram arranjos institucionais para gerar teorias da Modernização (Cullather 2002). Uma importante iniciativa nesse sentido residiu na criação do *Center for International Studies* (CENIS), em 1951, pelo economista Max Millikan, que recrutou

uma equipe multidisciplinar composta pelos economistas Paul Rosenstein-Rodan e Walt W. Rostow, pelo sociólogo Edward Shils, pelo antropólogo Clifford Geertz, pelos cientistas políticos Lucian Pye e Ithiel Pool, e também por Daniel Lerner, da área das comunicações. O CENIS contou com um generoso financiamento por parte das fundações Ford e Rockefeller para desenvolver pesquisa sobre o “Terceiro Mundo” e contribuiu para a criação de uma série de conceitos, a exemplo do conceito de transferência de tecnologia, que informaram a política de ajuda nas décadas seguintes (Cullather 2002, Shah 2010). Outra iniciativa importante foi o estabelecimento do Comitê de Política Comparada, pelo *Social Science Research Council* (SSRC), em 1953, no marco do qual Gabriel Almond e Lucian Pye fizeram contribuições significativas para a criação, sob a rubrica da “política comparada”, do paradigma dominante das teorias da Modernização (Cullather 2002, Shah 2010).

Nesse contexto, inúmeros jovens acadêmicos promissores do “Terceiro Mundo” tiveram seus estudos financiados nos Estados Unidos, onde recebiam capacitação para assumirem a função de uma nova elite modernizadora nos seus respectivos Estados pós-coloniais (Lummis 1991). Em suma, justamente quando cientistas sociais norte-americanos estavam afirmando a superioridade da sua metodologia neutra, isenta de valor, um campo de conhecimento inteiramente novo foi erguido nas ciências sociais por meio de um bem financiado projeto governamental (Lummis 1991).

A seguir, portanto, cabe identificar as condições de surgimento das teorias da Modernização, pouco discutidas nas Relações Internacionais, em parte devido ao caráter “protecionista” assumido pelo campo.

Do mesmo modo que a teoria das Relações Internacionais, as teorias da Modernização também foram pensadas como uma contribuição intelectual funcional voltada para neutralização da ameaça soviética. As próprias condições subjacentes à emergência dessas teorias são reveladoras nesse sentido. Como nos mostra Lummis (1991), o súbito interesse manifestado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra em promover o desenvolvimento dos países do “Terceiro Mundo” não pode ser entendido sem levar em conta a percepção de que uma política similar estava sendo gestada pela União Soviética, ainda que no marco das suas fronteiras nacionais. Segundo Lummis (1991), o impulso para a formulação dessa doutrina de ajuda ao mundo pós-colonial foi dado, em 1947, por Christopher Hill, que, no seu hoje desconcertante *Lenin and the Russian Revolution*, ofereceu uma expressão clara à seguinte ideia que pairava no ar:

Soviet experience in the **bringing of modern civilization to backward peoples**, and especially the developing and collective farms as a means of self-government for agrarian peoples –this is bound to have enormous influence in Eastern Europe, Asia, and perhaps ultimately in Africa and South America (Hill citado por Lummis 1991, 43, grifos meus).

Tal como colocado por Lummis (1991), dois anos após Hill ter feito a observação acima, mais especificamente, em 20 de janeiro de 1949, o então presidente norte-americano, Harry Truman proferiu um discurso célebre conhecido como “Point Four Speech”, por meio do qual anunciava a nova missão dos Estados Unidos no mundo, doravante entendido como “subdesenvolvido”. Nas palavras de Truman (1949, grifos meus):

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of **underdeveloped** areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is **primitive** and **stagnant**. Their poverty is a handicap and a **threat** both to them and **to more prosperous areas**. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. (...) I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development (...). [T]his program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living (...). **The old imperialism--exploitation for foreign profit--has no place in our plans**. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing. (...) Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically. Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge.

Por meio do discurso acima, Truman colocou o desenvolvimento no topo da agenda nacional, tendo sido o primeiro líder político a aplicar o termo “subdesenvolvido” (*underdeveloped*) para representar os sujeitos em processo de modernização (Cullather 2002).

Quando pensamos o desenvolvimento como um discurso *historicamente produzido* a serviço de um *determinado propósito*, entendemos a condição de “subdesenvolvimento” não como uma realidade objetiva vivenciada por determinados países, mas como uma construção discursiva do Ocidente sobre “Outros” não ocidentais. Esse saber não apenas se tornou a gramática a partir da qual esses “Outros” foram avaliados e “medicados”, mas foi também internalizado pelos países do “Terceiro Mundo”, os quais passaram, eles mesmos, a se representarem como “subdesenvolvidos” e, conseqüentemente, a pautarem suas ações pela busca do desenvolvimento (ver Escobar 1995).

No marco desse discurso desenvolvimentista, a “pobreza” foi construída como característica essencial do “Terceiro Mundo” e, por consequência, o crescimento econômico e o desenvolvimento se tornam autoevidentes, necessários e verdades universais (Escobar 1995). Como enfatizado por Arturo Escobar (1995), na medida em que especialistas e políticos passaram a perceber certas condições da África, da Ásia e da América Latina como um problema relacionado à “pobreza” e ao “atraso” desses países, emergiu um novo domínio de pensamento, o “desenvolvimento”, prescrevendo novas estratégias para lidar com o problema diagnosticado. Logo, para Escobar (1995), o desenvolvimento deve ser entendido como um discurso, um mecanismo de saber/poder que produz conhecimento sobre o “Terceiro Mundo”, conhecimento este que cria as condições de possibilidade para o emprego de novas formas de controle/intervenção sobre esse espaço. De acordo com esse autor, o discurso do desenvolvimento, que veio à tona entre 1945 e 1955, criou, do mesmo modo que havia ocorrido com o discurso colonial, “an extremely efficient apparatus for producing knowledge about, and the exercise of power over, the Third World” (Escobar 1995, 9). Para Escobar (1995), o discurso do desenvolvimento se configurou como um discurso colonial, já que constituiu uma estratégia produzida pelos países do “Primeiro Mundo” para manter o controle sobre os países do “Terceiro Mundo”, os quais passaram a ser representados e a se

autorrepresentarem como incapazes de administrar suas próprias vidas sem o conhecimento técnico e científico moderno provido pelos primeiros.

Podemos destacar no discurso proferido por Truman, acima apresentado, algumas alusões aos “Outros” como “primitivos” e “estagnados”. Além disso, podemos ver que tais povos são descritos em termos do que lhes falta: comida, saúde, conhecimento, capital e tecnologia. Em oposição a eles, encontram-se os países desenvolvidos ocidentais, que dispõem justamente do que lhes falta: capital para investimento, estoque de conhecimento técnico e produção industrial. Nesse sentido, enquanto os “Outros” são representados como um “falta”, o Ocidente e os Estados Unidos, em particular, são caracterizados pela “abundância”, que pode ser mobilizada para ofertar ajuda àqueles “Outros” que se encontram “estagnados”. A intenção ambiciosa das teorias da Modernização era, segundo Escobar (1995), a de replicar no mundo as condições características das sociedades “avançadas” de então, quais sejam: altos níveis de industrialização e urbanização; difusão da adoção da educação e de valores culturais modernos; tecnologia agrícola; rápido crescimento material; e altos padrões de vida. Na visão de Truman, capital, ciência e tecnologia eram vistos como os principais veículos da modernização (Escobar 1995). De acordo com Lummis (1991, 48, grifo meu), esse novo conceito (“subdesenvolvimento”) introduzido por Truman, “succeeds in placing the vast majority of the world’s cultures into a single category the sole characteristic of which is the **absence** of certain characteristics of the industrialized countries”.

Desse modo, o pensamento acima, expresso de forma paradigmática no discurso de Truman, constrói uma distância não apenas material, mas também temporal entre o Ocidente “desenvolvido/moderno” e o seu “Outro subdesenvolvido/atrasado”. A partir do exame do discurso temporal antropológico, Fabian Johanés (2002) mostra que, na construção do “Outro” como “selvagem”, “primitivo” e, nesse caso, “subdesenvolvido”, o tempo é usado de forma opressiva, com o fito de temporalizar a diferença. De acordo com Johanés (2002, 1), “there is no knowledge of the other which is not also temporal, historical, a political act”.

Essa diferença temporalizada, contudo, não é entendida como permanente, mas, no marco do discurso do desenvolvimento, ela carrega consigo o potencial para o progresso rumo a etapas mais avançadas. As teorias da Modernização projetam uma sequência de desenvolvimento natural e universal através da qual todas as culturas e sociedades têm de passar, que vai desde a etapa da tradição, passando pela fase transitória da tradição/modernidade até a modernidade (Blaney e Inayatullah 2004, Jahn 2007). Mais especificamente, de acordo com as teorias da Modernização, a sociedade moderna é representada como sendo dotada de mobilidade, receptiva à mudança, secular, cosmopolita, marcada por uma complexa divisão de trabalho e controladora em relação ao meio ambiente (Gilman 2003). A sociedade tradicional, por sua vez, é construída em oposição à moderna e, daí, como inerte, temerosa em relação à mudança, supersticiosa, voltada para dentro, economicamente simples e passiva em relação ao meio ambiente (Gilman 2003). A sociedade moderna, por sua vez, é identificada com o Ocidente e, sobretudo, com a sociedade norte-americana (Jahn 2007, Latham 2000). Segundo Sankaran Krishna (2009), as características atribuídas aos Estados desenvolvidos do Ocidente são congeladas como suas marcas eternas e apresentam-se como valiosas de emulação para aqueles que desejam progredir.

É importante salientar que as teorias da Modernização tomam a sociedade individual como a sua unidade básica de análise, considerando-a como um todo integrado (ver Jahn 2007).

Desse modo, tanto a tradição como a modernidade são vistas como sistemas estáveis, nos quais o modo de produção, as formas de organização política e os valores culturais são tidos como interdependentes, se reforçando mutuamente (Jahn 2007). De acordo com tal ótica, na medida em que nações atrasadas progredem, uma forma moderna de vida englobando um pacote total de elementos (por exemplo, economia industrial, tecnologia científica, política democrática liberal e visão de mundo secular) se universaliza (Ferguson 2006). E, assim, mais do que mero avanço material, a modernização implica numa reorientação de todo um sistema social, político e econômico, concebido como uma totalidade integrada na direção das normas definidas pelo Ocidente (Gilman 2003).

Com o mundo entendido como uma coleção de sociedades nacionais, as desigualdades passaram a ser apreendidas da posição ocupada pelas diferentes nações no trajeto temporal rumo ao *telos* universal e uniforme da modernidade (Ferguson 2006). Partindo de uma assumida natureza progressiva do tempo, as nações que até então não eram modernas tinham a esperança de se tornar com o tempo. Para James Ferguson (2006), as implicações dessa poderosa narrativa seriam: (i) a de transformar a hierarquia global espacial em sequência histórica temporalizada, fazendo com que os países pobres não estivessem apenas na base da hierarquia, mas também no começo dela e, assim, as nações pós-coloniais se viam condenadas a viver como atrasadas numa modernidade eurocêntrica; e (ii) a de fornecer esperança de que a passagem do tempo desenvolvimentista conduzisse os países pobres para o patamar dos ricos de tal sorte que a mensagem para os pobres seria: “Wait, have patience, your turn will come” (Ferguson 2006, 178).

A fim de que diferentes nações pudessem ser localizadas nesse espectro temporal acima mencionado foi desenvolvida, no âmbito das teorias da Modernização, uma suposta ciência universal de comparação neutra. Para que tal comparação se fizesse possível, os Estados foram construídos como “*like-units*”, caracterizados pela uniformidade relativa dos seus sistemas políticos e seguindo padrões comuns de desenvolvimento (Blaney e Inayatullah 2004). Convém frisar, todavia, que a suposição de um espaço homogêneo de comparação só é possível a partir da abstração das histórias contingentes e heterogêneas dessas sociedades e da fixação delas em certas categorias ou estágios que, em nome de uma ciência comparativa, acaba por simplificá-las e estereotipá-las. Conforme Blaney e Inayatullah (2004, 101), a política de comparação “impoverish our political imagination, locking us into the world of like-units and development sequences”.

Esse método comparativo, associado, sobretudo, ao ex-professor de Harvard, Talcott Parsons, é apresentado como um método científico, neutro, não etnocêntrico, capaz de conhecer a realidade de forma objetiva (Latham 2000, Blaney e Inayatullah 2004). O perigo de tal aspiração científica, contudo, é que ela universaliza um padrão particular de mudança social e naturaliza a diferença em termos de inferioridade/atraso (Latham 2000, Blaney e Inayatullah 2004). A modernidade nesse esquema se torna uma categoria universal abstraída do contexto onde foi gestada. Segundo colocado pelo sociólogo Edward Shils (citado por Gilman 2003, 12), em 1959, “‘modern’ means being western without the onus of following the West. It is the model of the west detached in some way from its geographical origins and locus”. De acordo com essa narrativa, portanto, as características do desenvolvimento europeu e norte-americano são abstraídas dos seus contextos de origem e consideradas indicadores objetivos do que se entende

por ser “moderno” (Bhuta 2008). Por conseguinte, teóricos da Modernização, a exemplo de Walt Rostow, atribuíram qualidades especiais às sociedades dos Estados Unidos e da Europa Ocidental em oposição às deficiências discernidas no mundo pós-colonial (Latham 2000).

No trabalho amiúde citado e considerado exemplar para os estudos de modernização, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, de 1960, Rostow elabora os principais pressupostos – explícitos e implícitos – das teorias da Modernização. Explicitamente, Rostow, que tinha fortes ligações com o Departamento de Estado norte-americano (Shah 2007), argumentou que todas as nações do mundo poderiam ser alocadas em um dos cinco estágios de desenvolvimento econômico por ele proposto, sendo que o estágio final, pioneiramente alcançado pelos Estados Unidos, correspondia à sociedade moderna, caracterizada por um alto nível de consumo (Rostow 1965).

O segundo estágio é particularmente relevante para o argumento aqui desenvolvido, pois o Estado-nação que emerge nesse momento é visto como o único arranjo político em que a modernização pode ter lugar. A construção de um Estado centralizado aparece como uma condição *sine qua non* para o processo de arranque das sociedades tradicionais. Nas palavras de Rostow (1965, 7), o Estado centralizado “was, almost universally, a necessary condition for take-off”. Esse Estado deveria ser conduzido por uma nova elite, incumbida de construir uma sociedade industrializada moderna, preparada para enfrentar os grupos sociais e políticos tradicionais regionalmente organizados, bem como as intervenções estrangeiras. Se, na fase tradicional, os arranjos econômicos, políticos e sociais eram estruturados em torno de pequenas regiões, em sua maioria, autossuficientes, agora, eles deveriam ser orientados para a nação e, a partir daí, para o cenário internacional.

Os pressupostos implícitos na teoria de Rostow são os de que o desenvolvimento constitui, como nos mostra Krishna (2009), um processo amplamente nacional, autocontido e não histórico. A história é negligenciada, na medida em que cada país parece avançar em condições idênticas, seja no século XVII ou na metade do século XX. O desenvolvimento dos Estados Unidos é tomado como modelo a partir do qual o resto do mundo vai ser avaliado e posicionado na escala de progresso criada por Rostow. Por outro lado, é esse esquema, ao mesmo tempo universal, que abarca todos os Estados de todos os tempos históricos, e hierárquico – visto que posiciona os Estados em etapas distintas e estruturadas normativamente –, o qual permite que se façam comparações entre eles por parte de um observador dito neutro, supostamente situado fora da história. Todavia, o universalismo explícito nas teorias da Modernização é, de fato, produzido por autores que falam de uma posição bastante confortável e privilegiada, a saber, o último estágio rostowiano.

Apropriado pelos teóricos da Modernização, o método comparativo lhes ajudou a identificar os obstáculos a tal transformação, fornecendo, desse modo, uma base para a prescrição de políticas voltadas para uma mudança social abrangente (Shah 2010). Por outro lado, para tais teóricos, o processo de mudança social/modernização das sociedades pós-coloniais poderia vir a ser acelerado por meio da “ajuda” conferida àqueles povos cuja diferença os marcam como inferiores por parte daqueles que já se encontram na fase final da trajetória descrita por Rostow (ver Blaney e Inayatullah 2004). Para Rostow, os Estados Unidos deveriam se comprometer com tal impulso transformador, a fim de desfazer a imagem que aparece na passagem previamente citada de Hill, de acordo com a qual somente o comunismo seria capaz de transformar as sociedades

subdesenvolvidas. O subtítulo do livro de Rostow, “A Non-Communist Manifesto”, deixa clara a sua declarada intenção de substituir Marx como referência intelectual para os revolucionários. Para ele, o comunismo não era um agente de modernização, mas uma degeneração do processo de transição, que havia produzido uma modernidade disfuncional (Cullather 2002). Rostow ainda enfatiza que os custos do envolvimento norte-americano nas sociedades em vias de modernização não seriam grandes, tendo em vista que, ao focar apenas as nações alcançado o “*take-off*”, os Estados Unidos poderiam exercer uma influência decisiva sobre elas sem incorrer numa obrigação indefinida (Cullather 2002).

Pelo que foi dito, as teorias da Modernização parecem sugerir uma ampliação do escopo geográfico e temático *vis-à-vis* à ortodoxia das Relações Internacionais. Fica claro que o foco prioritário das teorias da Modernização não reside, pelo menos aparentemente, nas superpotências, mas sim, no chamado “Terceiro Mundo”, e que, ao invés de se concentrar nos assuntos de “alta política”, elas clamam por mudanças de ordem econômica, e daí, enfatizam aquilo que a disciplina Relações Internacionais denominam temas de “baixa política”. De acordo com Lummis (1991), é possível identificar nas teorias da Modernização o mesmo tipo de determinismo econômico encontrado nas teorias marxistas, mas apresentado por meio da terminologia positivista de então. Ao citar a seguinte passagem do cientista político norte-americano David Apter, “in industrializing societies it is the economic variable that is independent. The political system is the dependent variable”, Lummis (1991, 46) argumenta que a mensagem das teorias da Modernização era a de que, se você controla a economia, você controla todo o resto.

Relações Internacionais e Modernização: diferentes percursos, fronteiras comuns

As teorias da Modernização e a teoria das Relações Internacionais estabeleceram diferentes percursos: enquanto as Relações Internacionais focaram no plano *externo*, as teorias da Modernização focaram na dimensão *interna* dos Estados; enquanto as Relações Internacionais focaram nas *grandes potências*, as teorias da Modernização focaram no “*Terceiro Mundo*”; enquanto as Relações Internacionais focaram nos temas *estratégicos*, as teorias da Modernização focaram nos temas *econômicos e sociais*. Essa divisão de trabalho aparentemente inocente e procedimental, tem força produtiva, pois reifica uma série de fronteiras: entre o plano internacional e o doméstico, entre o “Primeiro” e o “Terceiro Mundo”, bem como entre política e economia. A ilusão de que tais temáticas poderiam ser estudadas de forma separada, acabou por produzir uma clara fronteira entre elas.

Argumenta-se aqui que a compartimentalização dos saberes (Relações Internacionais e Modernização) não só obrou uma fronteirização espacial – entre o doméstico e o internacional – mas também temporal – entre o “Primeiro Mundo”, habitado pelas grandes potências, objeto de estudo do realismo, e o “Terceiro Mundo”, objeto de estudo e campo de intervenção dos teóricos da Modernização. A produção desses mundos como separados e distanciados tornou impensável que o mundo “desenvolvido” fosse visto como cúmplice do atraso do mundo “subdesenvolvido”³.

3 Tal cumplicidade foi sugerida, por exemplo, pelos teóricos da dependência. Ver Cardoso e Faletto (1970).

Para os críticos das teorias da Modernização, diferentemente, o desenvolvimento deve ser sempre entendido como tendo lugar numa economia mundial interconectada antes do que no marco dos Estados nacionais (ver Krishna 2009).

A ideia de Rostow, já apresentada, é a de que cada país está posicionado num ponto de uma corrida, que opera em condições idênticas independente do século em foco (Krishna 2009). E, desse modo, Rostow não cogita a possibilidade de que o desenvolvimento pioneiro de alguns países possa ter alterado de modo irrevogável os prospectos do desenvolvimento daqueles que se encontram nas últimas posições da corrida (Krishna 2009). Nas palavras de Krishna (2009, 14), “he [Rostow] believes that when it comes to development you can step into the same river not merely twice but an endless number of times”. Ele não considera, portanto, que o desenvolvimento inicial dos primeiros corredores possa ter prejudicado decisivamente os esforços dos últimos para se equipararem aos primeiros. Nesse sentido, os críticos das teorias da Modernização, como é o caso de Krishna (2009), associados à perspectiva pós-colonialista, enfatizam o papel do “Terceiro Mundo” na produção da Europa, que não seria o que é sem as interações materiais, sociais, intelectuais e culturais com o mundo colonial durante os séculos passados. Daí, Ocidente e o “Terceiro Mundo” são vistos por tais críticos como entidades mutuamente constituídas, cujas características singulares emergiram dessa interação (Krishna 2009).

E, assim, apesar de aparentemente rivalizar com o discurso realista dominante nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria, o discurso das teorias da Modernização funcionou apenas como o suplemento doméstico dele. No marco dos Estados nacionais, era possível pensar em desenvolvimento e progresso enquanto os temas estratégicos ficavam a cargo das Relações Internacionais.

O fato de as teorias da Modernização focalizarem o “Terceiro Mundo” não significa, contudo, que elas falassem a partir desse lugar, uma vez que, conforme vimos, o saber sobre o “Terceiro Mundo” continuava sendo produzido no “Primeiro”. Conforme observado por Ferguson (2006, 176), “Africa always seems to come to the question of modernity from without”. Desse modo, as complexas e singulares genealogias dos países do “Terceiro Mundo” foram negligenciadas e suas características produzidas à luz dos modelos ocidentais de modernidade. E, assim, no momento em que o “Terceiro Mundo” se tornava independente, igualando-se juridicamente ao “Primeiro Mundo” e passando, desde então, a integrar a ordem espacial moderna de Estados soberanos, as teorias da Modernização inseriam uma coordenada temporal que continuava afastando o Ocidente do mundo “não desenvolvido”.

Mesmo a narrativa da Escola Inglesa das Relações Internacionais, considerada por alguns como uma “variante britânica do realismo” (ver Linklater 1995), que destacava a universalização da sociedade internacional – resultante da ampliação das normas europeias, entre as quais, a soberania, para o resto do mundo –, ocorrida a partir do processo de descolonização⁴, encobria essa função opressora do tempo. Desse modo, mesmo quando todos os povos se encontravam organizados em Estados juridicamente iguais e soberanos, a diferença continuava sendo demarcada, afastando o Ocidente dos seus “Outros primitivos”, tal como fora destacado por Johanes (2002). A universalização da dicotomia espacial (anarquia internacional *versus* ordem/

⁴ Ver, por exemplo, Watson (2004).

hierarquia doméstica), outrora restrita à parte, ainda reduzida, de Estados independentes no mundo⁵, passa a ocultar outra fronteira, esta, temporalmente produzida, entre o mundo “desenvolvido” e o mundo “não desenvolvido”.

Por outro lado, na medida em que as teorias da Modernização articulavam o papel dos Estados Unidos como o garantidor da assistência àqueles Estados na pobreza, elas participavam da produção da identidade norte-americana como uma nação progressiva e moralmente elevada. Como nos mostra Latham (2000), os teóricos da Modernização elaboraram uma identidade atraente para os Estados Unidos ao lhe representarem como uma nação empenhada na luta contra a pobreza, a opressão e o fatalismo debilitante. Todavia, nas Relações Internacionais, onde, devido às pressões sistêmicas e às exigências da balança de poder, a luta por poder era tida como inevitável, um imperativo, essa elevada moralidade não se aplicava. Cogitá-la equivaleria a renunciar a segurança de uma nação considerada imprescindível não só para os seus cidadãos, mas também, nos termos das teorias da Modernização, para o “resto do mundo”.

Enfim, esse conjunto de teorias durante a Guerra Fria foi capaz de produzir os Estados Unidos como uma nação moralmente elevada, que buscavam incluir os povos do “Terceiro Mundo” em contraposição ao comportamento explorador dos colonialistas do Velho Mundo⁶ (mas que, de fato, continuava excluindo e oprimindo esses povos por meio de uma fronteira temporal), e, ao mesmo tempo, como uma nação que perseguia seus interesses nacionais estratégicos, tidos como inevitáveis. Enfim, as teorias da Modernização contribuíram para a produção do semblante moral norte-americano, o qual, por sua vez, parecia não rivalizar com o semblante produzido pela ortodoxia realista das Relações Internacionais, de uma nação impelida a buscar a sua segurança e a realização dos seus interesses nacionais, dada as exigências da anarquia internacional.

Ambos os campos de conhecimento, contudo, enfrentaram desafios na década de 1970. Nesse momento, o poder explanatório das teorias da Modernização pareceu crescentemente dúbio, uma vez que poucas sociedades ditas “em modernização” chegaram de forma bem-sucedida, como o previsto, na estação final de democracia liberal e de desenvolvimento econômico (Bhuta 2008). Como colocado por Escobar (1995), a abundância prometida pelas teorias da Modernização na década de 1950 se revelou enganosa, pois o que se verifica, a partir da década de 1970, é justamente o oposto: subdesenvolvimento massivo, empobrecimento, exploração e opressão. Todavia, no momento em que as teorias da Modernização perdiam credibilidade para explicar o processo em curso na arena doméstica dos Estados do “Terceiro Mundo”, elas pareciam se inserir de modo crescente na arena internacional, na qual, até o momento, o pressuposto realista acerca da imutabilidade do sistema internacional havia reinado de forma quase incontestada.

E, assim, no campo das Relações Internacionais, assistimos à emergência de abordagens que questionavam a teoria realista, reconhecendo diferentes atores e outros temas de relevância. Ole Waeber (1996) nos mostra que, no final dos anos de 1960, e ao longo da década de 1970, o paradigma realista enfrentou uma série de críticas dirigidas ao seu foco no Estado, à sua preocupação com o poder e ao seu silêncio em relação a vários tipos de processos, domésticos

5 Já que antes do processo de descolonização, as ordens e hierarquias dos espaços coloniais eram externamente e não domesticamente providas.

6 Ver, por exemplo, a última passagem grifada no discurso de Truman que aparece na parte III.

e transnacionais, e a vários temas para além dos político-militares. Os desafiantes tentaram apresentar concepções alternativas de sistema internacional – em termos de integração regional, transnacionalismo, interdependência, bem como de um sistema pluralista constituído por uma multiplicidade de atores sub e transnacionais – muito mais complexas do que aquelas concepções realistas centradas nos Estados (Waeber 1996).

Desse modo, na década de 1970, os discursos das Relações Internacionais pareciam sugerir que, em contraste com o sistema internacional anárquico, as relações internacionais poderiam estar experimentando o mesmo processo de modernização outrora exclusivo aos Estados nacionais (ver Blaney e Inayatullah 2004).

Nesse contexto, Edward Morse (1976) sugere no livro *Modernization and the transformation of international relations*, que as relações internacionais estariam se modernizando e, desse modo, tornando obsoleto o seu paradigma tradicional, que, centrado na visão de mundo westphaliana, focalizava o Estado soberano, o primado da política externa e a balança de poder. Para Morse (1976), a crescente interdependência econômica entre as nações estaria minando a autonomia do Estado, bem como a sua exclusividade enquanto ator das relações internacionais.

Todavia, no final da década de 1970, e durante a década de 1980, os principais conceitos realistas voltaram a ser afirmados por meio da teoria neorrealista, que tratou de forjar com ainda mais intensidade a separação espacial entre um plano doméstico de ordem e um plano internacional anárquico (ver Waltz [1979] 2002). Segundo tal imaginário, enquanto o tempo internacional encontrava-se congelado num tempo primitivo – desautorizando o progresso no âmbito do sistema de Estados –, o tempo doméstico se desdobrava de forma teleológica em cada Estado-nação (Blaney e Inayatullah 2004). Para Walker (1993), é, de fato, a reivindicação positiva de comunidade e justiça dentro das fronteiras estatais que possibilita a reivindicação negativa do espaço internacional como marcado pela diferença, pelo relativismo e pela violência.

Desde o fim da Guerra Fria, contudo, esse imaginário neorrealista vem sendo invertido, posto que, cada vez mais, o domínio internacional vem sendo produzido discursivamente como uma arena de progresso, fruto da crescente perspectiva societária vislumbrada para o espaço internacional (Blaney e Inayatullah 2004). Segundo Blaney e Inayatullah (2004), desde o fim da Guerra Fria, a modernização vem sendo crescentemente reimaginada como um processo global. Nesse contexto, as teorias das Relações Internacionais, a exemplo da teoria da paz liberal⁷, vêm reproduzindo o imaginário das teorias da Modernização, e, por isso, foram cunhadas por tais autores de teorias de “neomodernização”.

Conforme Blaney e Inayatullah (2004), essas teorias se distanciam da visão tradicional do sistema internacional como um estado de natureza perpétuo, para sempre primitivo, ao vislumbrarem a possibilidade de transformação da anarquia internacional. Desse modo, os teóricos da paz liberal se afastaram da lógica neorrealista de autorreprodução da anarquia internacional e passaram a conceber a possibilidade de mudança/modernização do sistema internacional. Isso porque, diferentemente dos neorrealistas, a nova ortodoxia neomodernizadora

⁷ A ideia, articulada com o auxílio de estatísticas, de que as democracias não guerreiam entre si, é apresentada de forma pioneira no campo das Relações Internacionais por Michael Doyle, no artigo “Liberalism and World Politics”, publicado na *American Political Science Review*, em 1986. Desde então, e, sobretudo, desde o fim da Guerra Fria e o consequente aumento do número de democracias, a alegada “paz liberal” passou a fazer parte não só do vocabulário político, mas também de iniciativas acadêmicas voltadas para investigar a robustez da hipótese aventada por Doyle, bem como do dos discursos das Organizações Internacionais.

sugere que o processo de modernização das sociedades nacionais transbordou para as relações internacionais, pacificando-as. Tal transbordamento, por sua vez, resulta na crescente erosão da fronteira entre a comunidade “dentro” e a anarquia “fora” dos Estados. Na medida em que a modernização extrapola os confins do Estado-nação, coloca-se em questão a imaginada estrutura espaciotemporal da política mundial (Blaney e Inayatullah 2004). A expansão da modernização do “Internacional” faz com que esse espaço – tradicionalmente concebido como uma ausência – possa caminhar, pouco a pouco, na direção da justiça, da razão e da paz.

Todavia, nesse processo de gradual inclusão do “Internacional” na temporalidade progressiva, antes restrita ao espaço nacional, o “Internacional” continua se contrapondo a “Outros” temporalmente atrasados. Afinal, como argumentado por Walker (1995), a subjetividade moderna necessita de um “Outro” que lhe dê sentido, o qual é encontrado sob a forma de espaços ainda não modernizados da política mundial (Walker 1995). A partir de tal perspectiva, a promessa de uma temporalidade única para todos os povos, embutida na nova ortodoxia das Relações Internacionais, revela-se uma miragem, uma vez que a afirmação do iluminismo como um ideal universal necessita de um “Outro”, sob a forma de entidades ainda não inseridas na modernidade. Segundo Walker (2005), existe sempre um “fora” assumido para a produção da subjetividade moderna, um “fora” que deve ser excluído a fim de que o “Eu” moderno se conheça. Enfim, inúmeros Estados do “Terceiro Mundo”, tais como Somália, Ruanda e Haiti, continuam sendo representados – tal como à época do discurso de Truman – como “primitivos”, “ameaçadores” e “subdesenvolvidos”, e estes, por sua vez, continuam sendo fundamentais para a produção de uma zona de Estados democráticos supostamente situados no “fim da História”⁸.

Conclusão

Este artigo buscou evidenciar uma série de binarismos (doméstico/internacional, economia/política, progresso/atraso) reificados por meio da compartimentalização do saber entre as teorias da Modernização e a teoria das Relações Internacionais. Embora tenham percorrido caminhos disciplinares distintos, esses caminhos corriam para um mesmo fim, tendo em vista que contribuía para a afirmação da superioridade dos Estados Unidos em relação aos seus “Outros”. Nos termos do realismo, os Estados Unidos se apresentavam como melhor equipados do que quaisquer outros Estados para lidar com as necessidades da política mundial.

O imenso poderio militar norte-americano passou a ser justificado em razão da Guerra Fria e da sua inevitabilidade. Por meio de tal poder, os Estados Unidos afirmavam sua superioridade e, seguindo os ensinamentos de Tucídides, esperavam, com isso, fazer com que os outros (mais fracos) se curvassem à sua vontade. No caso das teorias da Modernização, essa superioridade era afirmada por meio de um recurso temporal que situava os países do “Terceiro Mundo” no início de uma trajetória histórica, cujo fim fora pré-determinado pelos próprios países que nele se encontravam. Pensadas inicialmente com um recurso da Guerra Fria, as teorias da Modernização acabaram ocultando suas fundações estratégicas e aclamando a universalidade e objetividade do seu saber. Tanto as teorias da Modernização como o realismo, portanto, contribuíram para

8 Expressão de Fukuyama (1992).

a hegemonia dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, ao chamarem atenção, por diferentes vias, para a sua superioridade estratégica (no caso do realismo) e econômica (no caso das teorias da Modernização). Tal superioridade, construída por ambas as teorias, autorizavam os Estados Unidos a assumirem o papel tanto de *guardião* de um mundo inseguro (no caso do realismo) como de *provedor*, em relação a um mundo estagnado e tradicional (no caso da modernização).

Embora este artigo tenha se concentrado no período da Guerra Fria, ele chamou a atenção para as novas fronteiras que vêm se desenhando no mundo do pós-Guerra Fria. Nesse cenário, o imaginário da modernização vem sendo crescentemente introduzido nas Relações Internacionais por meio do consenso da paz liberal. É importante refletir sobre como esse deslocamento da modernização para as Relações Internacionais vem autorizando novos atores a executá-la. Se, durante a Guerra Fria, a modernização ficava prioritariamente a cargo das elites do “Terceiro Mundo” treinadas em instituições do “Primeiro Mundo”, hoje, essa elite é usualmente considerada a principal culpada pelo fracasso das políticas de modernização verificado nos anos de 1970, ao terem supostamente agido de forma “corrupta” e “irresponsável”. O corolário dessa depreciação das elites nacionais do “Terceiro Mundo”, bem como da ideia de que o “Internacional” estaria se modernizando, é que, cada vez mais, atores internacionais, como é o caso das Organizações Internacionais, vem sendo autorizados a reestruturarem (leia-se: modernizarem) as sociedades dos Estados hoje conhecidos como “falidos”.

Referências

Bhuta, N. “Against State-Building.” *Constellations* (New York), 15, no. 4, 2008: 517-542.

Cardoso, F. e Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Cullather, N. “Development Doctrine and Modernization Theory.” *Encyclopedia of the New American Nation*, 2002. <http://www.americanforeignrelations.com/A-D/Development-Doctrine-and-Modernization-Theory.html>.

Darby, P. “A disabling discipline.” *The Oxford Handbook of International Relations*. Editado por C. Reus-Smith, D. Snidal. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. “Pursuing the Political: A Postcolonial Rethinking of Relations International.” *Millennium: Journal of International Studies* (London), 33, no. 1, 1996: 1-32.

Escobar, A. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

Ferguson, J. *Global Shadows. Africa in the Neoliberal World Order*. Durham and London: Duke University Press. 2006.

Fukuyama, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

Gilman, N. *Mandarins of the Future. Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2003.

Halliday, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

- Hoffmann, S. "An American Social Science: International Relations." *Daedalus* (Cambridge, MA), 106, no. 3, 1997: 41-60.
- Inayatullah, N.; D. L. Blaney. "Neo-Modernization? IR and the Inner Life of Modernization Theory." *European Journal of International Relations* (London), 8, no. 1, 2002: 103-137.
- _____. *International Relations and the Problem of Difference*. New York: Routledge, 2004.
- Jahn, B. "The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding (Part I)." *Journal of Intervention and StateBuilding* (London), 1, no. 1, 2007a: 87-106.
- _____. "Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding (Part II)." *Journal of Intervention and StateBuilding* (London), 1, no. 2, 2007b: 211-229.
- Johanes, F. *The Time and the Other: how anthropology makes its objet*. New York: Columbia University Press, 2002.
- Krishna, S. *Globalization and Postcolonialism. Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.
- Latham, M. E. *Modernization as Ideology. American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era*. Durham, NC: The University of North Carolina Press, 2000.
- Linklater, A. "The English School." *Theories of International Relations*. Editado por S. Burchill et al. Great Britain: Deakin University, 1995.
- Lummis, D. S. "Development against Democracy." *Alternatives: Global, Local, Political*, 16, no. 1, 1991: 31-66.
- Morse, E. *Modernization and the transformation of international relations*. New York: Free Press, 1976.
- Rostow, W. W. *The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- Shah, H. "Race, Mass Communication and Modernization: Intellectual Networks and the Flow of Ideas." *Anti-Racism and Multicultural Discourse: Studies in International Communication*. Editado por M. Alleyne, M. Rutgers, NJ: Transaction Publishers. 2010.
- Smith, S. "Paradigm Dominance in International Relations: The Development of International Relations as Social Sciences." *The Study of International Relations: the State of the Art*. H. C. Dyer e L. Mangasarian. Basingstoke: The Macmillan Press, 1989.
- _____. "The Discipline of International Relations: Still an American Social Science?" *British Journal of Politics and International Relations* (Belfast), 2, no. 3, 2000: 374-402.
- Sutton, F. X. "Nation-Building in the Heyday of the Classic Development Ideology." *Nation-Building: Beyond Afghanistan and Iraq*. Editado por F. Fukuyama. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2006.
- Tickner, A. "Seeing IR Differently: Notes from the Third World." *Millennium: Journal of International Studies* (London), 23, no. 2, 2003: 295-324.
- Truman, Harry S. *Discurso Inaugural*, quinta-feira, janeiro 20, 1949. <http://odur.let.rug.nl/~usa/P/ht33/speeches/truman.htm>.
- Todorov, T. *The Conquest of America. The Question of the Other*. Norman: University of Oklahoma Press, 1999.

Waeber, O. "The Rise and Fall of the Inter-Paradigm Debate." *International Relations Theory: Positivism and Beyond*. Editado por S. Smith, S., K. Booth e M. Zalewski. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Walker, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. "The Double Outside of the Modern International." *Ephemera*, 6, no. 1, 2006. <http://ephemeraweb.org/journal/6-1/6-1walker.pdf>.

Waltz, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

Watson, A. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.